

AVISO AO USUÁRIO

A digitalização e submissão deste trabalho monográfico ao *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia* foi realizada no âmbito do Projeto *Historiografia e pesquisa discente: as monografias dos graduandos em História da UFU*, referente ao EDITAL Nº 001/2016 PROGRAD/DIREN/UFU (<https://monografiashistoriaufu.wordpress.com>).

O projeto visa à digitalização, catalogação e disponibilização online das monografias dos discentes do Curso de História da UFU que fazem parte do acervo do Centro de Documentação e Pesquisa em História do Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia (CDHIS/INHIS/UFU).

O conteúdo das obras é de responsabilidade exclusiva dos seus autores, a quem pertencem os direitos autorais. Reserva-se ao autor (ou detentor dos direitos), a prerrogativa de solicitar, a qualquer tempo, a retirada de seu trabalho monográfico do *DUCERE: Repositório Institucional da Universidade Federal de Uberlândia*. Para tanto, o autor deverá entrar em contato com o responsável pelo repositório através do e-mail recursoscontinuos@dirbi.ufu.br.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA

DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**AS ALTERNATIVAS DO TRABALHO
EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO**

UBERLÂNDIA 1990 a 2000

LUIZ ALBERTO NARCISO DA SILVA

UBERLÂNDIA, SEGUNDO SEMESTRE DE 2001

Luiz Alberto Narciso da Silva

**AS ALTERNATIVAS DO TRABALHO
EM TEMPO DE GLOBALIZAÇÃO**
UBERLÂNDIA 1990 a 2000

Monografia apresentada como exigência para conclusão do Curso de História (bacharelado e licenciatura), da Universidade Federal de Uberlândia, sob orientação do Prof. Dr. Antônio de Almeida.

Uberlândia – MG
Universidade Federal de Uberlândia
Segundo semestre de 2001

Monografia apresentada em 30 de abril de 2002 à banca
examinadora composta por:

Prof. Dr. Antônio de Almeida -Orientador

Prof^a. Ms^a. Gizelda da Costa S. Simonini

Prof^a. Dr^a. Karla Adriana M. Bessa

Índice

Introdução -	5
Capítulo I – Do emprego formal ao trabalho desregulamentado: alterações nas relações trabalhistas no contexto contemporâneo.....	10
1 – Modernização gerencial e aumento de produtividade: Alternativas do capital em tempos de emprego formal	11
2 – Lucratividade e desregulamentação dos direitos trabalhistas: A nova face do capital.....	21
Capítulo II – Neoliberalismo, globalização da Economia e seus efeitos sobre os trabalhadores de Uberlândia.....	35
1 – Alterações na empregabilidade em Uberlândia	36
2 – A informalidade no trabalho em Uberlândia.....	48
Considerações finais.....	51
Bibliografia -	56

INTRODUÇÃO

Na revisão dos processos capitalistas, estruturados hoje em um liberalismo moderno, denominado Neoliberalismo, percebemos ainda a relação Capital versus Trabalho dentro dos mesmos enfoques observados em *O Capital*¹. Considerando o lucro e a dominação das classes subalternas como alguns dos principais objetivos do capitalismo, procuraremos, no desenvolver desta monografia, analisar e procurar entender os efeitos sobre o trabalhador das novas condições de trabalho impostas em função das transformações implementadas pelo processo neoliberal, nos anos mais recentes.

Nosso objetivo final é o de analisar os rumos do mercado de trabalho em Uberlândia e de posse de alguns dados estatísticos, coletados em sindicatos, buscar entender algumas alterações sofridas dentro do nosso universo estabelecido. Este trabalho parte de uma problematização prática. Atualmente, em nosso dia-a-dia uma das nossas grandes preocupações é

¹ MARX, Karl. A transformação do dinheiro em capital. In *O capital: Crítica da Economia Política. O Processo de Produção do Capital*. RJ Civilização Brasileira, 1980

manter nosso próprio emprego e das pessoas que nos cercam, pairando sobre todos, as ameaças de adentrar o mercado alternativo ou informal de trabalho², com ampla possibilidade de nele permanecer por longo tempo. Refletindo sobre algumas problematizações Ricardo Antunes, em seu livro “Adeus ao trabalho?” afirma³:

“As interrogações que perseguimos são essencialmente estas: a classe-que-vive-do-trabalho estaria desaparecendo? A retração do operariado tradicional, fabril, da era fordismo, acarreta inevitavelmente a perda de referência e de relevância do ser social que trabalha? Que repercussões estas metamorfoses tiveram junto aos organismos de representação dos trabalhadores, dos quais os sindicatos são expressão?”

À estas indagações acrescentamos outras que a nosso ver também levarão alguma luz na busca de um entendimento mais amplo do assunto alternativas do trabalho.

Dentre elas cabe compreender o processo de desregulamentação do trabalho nos anos 90, as transformações na relação capital X trabalho e empregador X trabalhador e as perspectivas do trabalhador empregado e do trabalhador do mercado alternativo ou informal.

² Mercado alternativo de trabalho no sentido de trabalho exercido pelo trabalhador desregulamentado, ou seja fora das garantias sociais estabelecidas pela CLT.

Desenvolver um trabalho monográfico a nível de graduação implica sem dúvida, e principalmente, delinear o objeto problematizado em seu tempo e espaço, dentro das propostas a serem observadas e analisadas.

Para isso fixamos nossa análise dentro da década de 90. Entretanto estaremos levantando, dentro do primeiro capítulo, algumas transformações históricas com objetivo de entender alguns acontecimentos de fundamental importância que hoje alteraram as relações capital-trabalho e empregador-trabalhador. Neste primeiro momento, procuremos analisar principalmente as questões sociais que envolvem o trabalhador e alteraram seu social a partir da segunda guerra mundial, enfocando principalmente a imposição de uma nova relação de trabalho no final do século XX. O neoliberalismo na forma compreendida na década de 90 desenvolve-se sobre um conceito diferenciado do liberalismo tradicional estabelecido dentro das revoluções; industrial inglesa e liberal francesa de 1789. A princípio uma das principais propostas liberal, para adequar o mundo à necessidade de lucro do capitalismo, era a retirada dos entraves à circulação e comercialização dos produtos europeus na Europa e colônias européias. Atualmente esta premissa do capital não é mais a prioridade. Hoje as alterações acontecem na essência do liberalismo, ou seja na relação Capital e Trabalho. Diante disso focaremos o trabalhador em uma

³ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaios sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995.

nova relação com o capital, alterando seu modo de trabalhar e de sobreviver dentro da sociedade hoje totalmente globalizada.

Dentro deste quadro neoliberal globalizado pretendemos analisar os rumos para onde está sendo levado a empregabilidade tradicional, a desregulamentação através do processo político, o trabalho precário, as alternativas do trabalho e o trabalho alternativo, aquele imposto ao trabalhador sem garantias sociais, sem responsabilidades com o presente ou com o futuro da classe social, apenas como forma de ampliar a lucratividade do capital.

No primeiro capítulo traçaremos um breve histórico das relações capital trabalho, comentando as principais propostas contidas no Taylorismo e Fordismo, sempre com o objetivo final de analisar a relação capital trabalho e perceber as alterações desta relação em cada novo método de exploração do trabalhador.

O segundo tópico deste capítulo será desenvolvido com o objetivo de ampliar o entendimento sobre as relações trabalhistas que hoje se desenvolvem nos países centrais, no Brasil como país em desenvolvimento e em Uberlândia.

No segundo capítulo, especificamente desenvolveremos pesquisa dentro do espaço sindical de Uberlândia e região com o objetivo de perceber melhor o processo de empregabilidade na conjuntura atual, não só de

trabalhadores regulamentados dentro da CLT, como também os trabalhadores terceirizados, contratados, desregulamentados de forma geral, na cidade e região. Buscaremos analisar as alterações nos índices de sindicalização e as alternativas de trabalho diante do desemprego.

Nosso principal objetivo será o de entender as transformações ainda em curso por que passa a relação capital trabalho e constatar, dentro do universo de Uberlândia as principais transformações no modo de trabalhar e sobreviver do trabalhador.

CAPÍTULO I

DO EMPREGO FORMAL AO TRABALHO DESREGULAMENTADO: ALTERAÇÕES NAS RELAÇÕES TRABALHISTAS NO CONTEXTO CONTEMPORÂNEO

1 – MODERNIZAÇÃO GERENCIAL E AUMENTO DE PRODUTIVIDADE: ALTERNATIVAS DO CAPITAL EM TEMPOS DE EMPREGO FORMAL

Para o capitalista, a melhor alternativa em termos de realização requer que o mercado se encontre permanentemente em expansão e o lucro do capital. A partir do momento em que o equilíbrio apresenta a possibilidade de alterar a margem de lucro, uma nova reestruturação deve ser considerada.

Nas duas décadas anteriores aos anos noventa observamos um mundo onde os mercados mesmo saturados em termos de estrutura (demanda e oferta estabilizadas ou com pequenas variações) regionais (relativo a cada bloco capitalista ou socialista, ou ainda contido em maior escala de mercado a blocos ocidentais, asiáticos ou socialista) se encontravam em equilíbrio relativo às respectivas influências dos blocos socialista ou capitalista.

Acrescente-se a isso o processo de reconstrução da Europa que após duas grandes guerras exigiu um intenso investimento econômico com grande demanda de mão-de-obra. Neste momento, o capitalismo aqui observado, em função da nossa proposta de trabalho, possuía restrito acesso aos mercados socialistas, em termos estatísticos demográficos, não acessava a dois terços

da população mundial, ou seja: China, União Soviética e boa parte da Europa. Preso a este contexto político, a lucratividade capitalista limitou-se ao espaço de ocorrência do próprio sistema em função da afirmação e aceitação do seu modo de produção. Posto em questionamento diante do socialismo e objetivando obter maior reconhecimento gerou neste período ainda que restrito a poucos países um estado de “bem estar social” reconhecido em boa parte do mundo ocidental. Diante disso, uma divisão de renda mais equilibrada com mais oportunidades de emprego para o trabalhador e conquistas inéditas em termos de regulamentação e valorização do trabalho assalariado foram alcançadas.

Nos anos oitenta, com a desestruturação do chamado socialismo real, com a efetiva globalização dos mercados (proposta neoliberal do capitalismo), e com a intensificação do desenvolvimento e utilização de novas tecnológicas, o capital reorienta, com apoio do Estado neoliberal, a forma de ação sobre as classes trabalhadoras. Estaremos mais detalhadamente analisando este processo de desregulamentação implementado pelo estado no atendimento ao proposto pela nova ordem do capital no desenvolver do capítulo II.

Historicamente percebemos este processo de reestruturação do capital, revigorando seus conceitos básicos de obtenção de maior lucro e dominação

das classes subalternas, nos momentos quando o processo tradicional entra em crise com diminuição do lucro ou quando a dominação sobre as classes trabalhadoras se encontra-se ameaçada.

Ao nosso entender as políticas econômicas neoliberais de hoje propõem propositadamente a instalação do caos social, exigindo do trabalhador sempre maior produtividade, redução salarial e retirando as garantias regulamentares diante da ameaça de desemprego.

A estrutura hoje proposta, e já em avançado processo de instalação, poderá colocar a classe trabalhadora que, conforme Thompson, “buscou o seu fazer-se”⁴, em pelo menos dois séculos de estruturação, de volta à condições semelhantes às do início da revolução industrial.

Diante dessas questões aqui levantadas, percebemos o trabalho, tradicionalmente referencial de uma classe social, desprovido hoje de suas principais características como o era no fordismo, período quando o trabalhador tradicional tinha relações definidas com seu emprego.

Estas alterações, foram assim analisadas por Ricardo Antunes em seu livro “Adeus ao Trabalho?”⁵:

⁴ THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa; tradução Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

⁵ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez Ed./UNICAMP, 1995. pp 15

“A década de 1980 presenciou nos países de capitalismo avançado profundas transformações no mundo do trabalho, nas suas formas de inserção na estrutura produtiva, nas formas de representação sindical e política. Foram tão intensas as modificações que se pode mesmo afirmar que a classe-que-vive-do-trabalho sofreu a mais aguda crise deste século, que atingiu não só a materialidade, mas teve profundas repercussões na sua subjetividade e no íntimo inter-relacionamento destes níveis, afetou a sua forma de ser.”

como pode ser notado, isso reflete a necessidade do capital em alterar os rumos seguidos pela relação capital-trabalho e neste processo, desregular toda estrutura e referencial da classe trabalhadora.

Para efeito de análise e comparação com o quadro atual, observamos que alguns processos desenvolvidos pelo sistema ao longo do século XX, também buscaram a reorganização das relações trabalhistas e levaram o capital a maior acumulação, confirmando, assim, o conceito marxista de mais-valia⁶ e de controle sobre o trabalhador. Cabe reconhecer, entretanto, que mesmo durante a implementação e ajuste desses redimensionamentos administrativos ou ideológicos do sistema, constatou-se uma crescente demanda pelo trabalho, de forma que a cada momento observamos o aumento do estoque de mão-de-obra disponível facilitando assim o atendimento das propostas do capital.

O capital, em seu processo de aprimoramento, estabeleceu que o trabalho deve ser exercido de forma que o trabalhador não trabalhe para si mesmo, mas use sua força natural para apenas receber, em forma de salário, o suficiente para sua sobrevivência.⁷ Sendo assim,

“No sistema capitalista de produção a unidade entre o pensar e o agir torna-se totalmente dissociada. O comando do capital sobre o trabalho é a consequência formal de o trabalhador trabalhar não para si mesmo, mas para o capitalista e portanto, sob seu controle”.

E isso requer que o trabalho deva ser executado fora do ambiente doméstico e que o trabalhador conheça apenas parte do processo de produção⁸. Ou seja,

“...a divisão do trabalho na produção começa com a análise do processo de trabalho, isto é, com a separação do trabalho da produção em elementos constituintes.”

⁶ CATANI, Afrânio Mendes, O que é capitalismo: Capitalismo: Abril Cultural/Ed. Brasiliense. 1984. pp 37.

⁷ MARX, Karl . A transformação do dinheiro em capital. In O capital: Crítica da economia política. O processo de produção do Capital. RJ. Civilização brasileira, 1980. pp370.Ç

⁸ MARX, Karl. Divisão do trabalho e manufatura. In. O Capital. Vol. 1 RJ. Civilização Brasileira, 1980. pp. 175.

Diante apenas dessas leis básicas do capital, o trabalhador já se encontra totalmente alienado, estando assim disponível em exclusividade, não lhe cabendo outra opção senão aceitar as condições impostas.

Hoje, o modo de trabalhar incorpora os mais diversos conceitos de administrativos e gerenciais de produtividade desenvolvidos durante esses dois séculos de sistematizações teóricas e adaptações das máquinas e dos processos produtivos.

O fordismo, dentre os processos administrativos para reestruturar a produção de industrializados, busca ou aprimorar, além da sistematização mecânica, a qualidade da produção associando o produto a um padrão de qualidade, permitido assim, em função da sincronização do trabalhador ao ritmo da máquina, maiores índices de produtividade. Para isso, a integração ideológica do homem à fábrica e do trabalhador à máquina tornou-se uma necessidade e o ritmo de produção imposto pela esteira rolante passa a ser condição fundamental de trabalho para uma produção em massa, característica marcante da indústria fordista..

Hoje o sistema fordista de produção interage incorporado a outros processos de produção como os CCQs. Círculos de Controle de Qualidade, Qualidade Total entre outros como ressalta Ricardo Antunes⁹:

⁹ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho?: ensaio sobre as metamorfoses e centralidade do mundo do trabalho. 2ª edição São Paulo : Cortez . 1995.,pp 16.

“Vivem-se formas transitórias de produção, cujos desdobramentos são também agudos, no que diz respeito aos direitos do trabalho. Estes são desregulamentados, são flexibilizados, de modo a dotar o capital do instrumental necessário para adequar-se a sua nova fase. Direitos e conquistas históricas dos trabalhadores são substituídos e eliminados do mundo da produção.”

Assim, em função da necessidade do mercado se reestrutura o processo de produção. A produção fordista não é substituída; mescla-se com a forma toyotista que permite a adoção da flexibilização da produção. O processo toyotista de produção flexibilizada permite à indústria utilizar o trabalho em proporção direta à necessidade do mercado,¹⁰ como lembra Ricardo Antunes,

“O toyotismo estrutura-se a partir de um número mínimo de trabalhadores, ampliando-os, através de horas extras, trabalhadores temporários ou subcontratação, dependendo das condições de mercado”

Desta forma gera-se não apenas o tradicional “estoque de mão de obra”, mas fundamentalmente o “desemprego estrutural”, no vocabulário dos técnicos em economia neoliberal.

Entretanto o mais importante é a constatação da possibilidade clara de utilização do trabalho de forma precarizada ou a instalação do desemprego.

O processo taylorista reforça ideologicamente essas condições, exigindo um envolvimento incondicional do trabalhador, de forma a obter o máximo de produtividade através da integração homem máquina. A principal preocupação neste processo consiste em dimensionar o trabalho equalizando o trabalhador à máquina. E aqui, difere dos padrões aplicados pelo taylorismo cujas tarefas simples não exigiam do trabalhador conhecer todas as fases do processo e nem pensar para executá-las, funções estas reservadas aos teóricos e aos patrões, em última análise ao capital.

O perfil daquele trabalhador era o do homem dócil, que aproveita todo o tempo para o trabalho produtivo, executa suas obrigações de modo automático, organizado e dentro do conhecimento científico estabelecido para o homem e a máquina. Taylor desenvolveu um gerenciamento científico que assimilado à teoria do fordismo buscou dimensionar o homem (físico, dimensões) ao ritmo da máquina.

A busca de uma estruturação conveniente ao capital desenvolve-se durante o século XX, juntamente com duas grandes guerras mundiais e o conturbado processo de afirmação do socialismo em um mundo dividido e agitado pela guerra fria. Diante disso o processo de industrialização

¹⁰ Idem., pp. 28

capitalista, dependeu da mão de obra para atender às demandas de guerras e mais recentemente, à incorporação dos mercados orientais aos conceitos e orientações capitalista. Diante desse quadro o capital foi forçado a abrir alguns precedentes à classe trabalhadora que aproveitou-os para se articular, desenvolver lutas sindicais e conquistar espaços sociais. De forma rápida, o capital busca hoje redimensionar esse espaço social conquistado pelo trabalhador, uma vez que as necessidades básicas que forçaram o sistema a conviver com tal situação parecem não mais existir. Essa investida do capital encontra hoje um meio socio-econômico-político conveniente, pois a tecnologia já permite garantir um grande estoque de desempregados contrastando com uma produção crescente.

Portanto, o processo atual da relação capital-trabalho foi deliberadamente ativado com a crise do capital desencadeada a partir das décadas de 1970/80 quando a reestruturação produtiva exigiu uma nova ordem reorganizando o mundo do trabalho.

A nova ordem do capital estruturada e colocada em prática durante os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e Ronald Reagan nos EUA, atende aos objetivos de estabelecer um novo relacionamento entre Estado, Capital e Trabalho. Dentro dessa proposta o estado assume a responsabilidade de legalizador da nova ordem do capital e passa a dar sustentação ao processo

de desregulamentação, desestruturando as instituições trabalhistas e os avanços sociais conquistadas pela classe trabalhadora ao longo de dois séculos. Dessa forma alterando também a consciência de luta de classe e colocando em cheque todo um processo de busca do equilíbrio social.

2 – LUCRATIVIDADE E DESREGULAMENTAÇÃO DOS DIREITOS TRABALHISTAS: A NOVA FACE DO CAPITAL

As relações capital-trabalho a partir da última década do século XX, se alteraram-se substancialmente de forma a atender à nova lógica capitalista: constantes crises exigiram soluções convenientes ao capital, com vistas a assegurar a acumulação, maior percentual de lucratividade sobre o capital investido e domínio sobre as classes subalternas.

Para atender a esta necessidade constante de lucratividade, desencadeou-se profundas alterações na estrutura econômica global, não só desenvolvendo processos de produtividade (conforme tratado no capítulo I), mas também implementando novas tecnologias, bem como promovendo a desestabilização das economias periféricas, adequando-as aos padrões definidos pelos países centrais, exigências de pagamento da dívida externa, controle da inflação, estabilização da moeda, entre outras¹¹.

¹¹ O processo de estabilização, desenvolvido principalmente objetivando reestruturar as economias dos países em desenvolvimento, permite uma movimentação mais rápida e segura dos capitais especulativos pelos diversos cantos do planeta. Em decorrência disso entendemos que, por exemplo, o processo de estabilização da economia brasileira não é mérito do governo de Fernando Henrique Cardoso, mas sim uma exigência do capital internacional.

Juntamente com essas transformações na política econômica e administrativa promoveu-se profundas alterações nas relações capital-trabalho desequilibrando a antiga estrutura, elevando os níveis de desemprego e com isso permitindo implantar novas legislações trabalhistas que dão respaldo à desregulamentação e precarização do modo de trabalhar.

Lucille Garcia Gomes, em sua dissertação de mestrado, considera a desregulamentação ponto fundamental para que o capital amplie suas formas de domínio e exploração sobre o trabalho. Segundo ela,

“...o desafio...nas ultimas décadas do século XX, foi de superar a crise dos anos 70 e 80, apostando em transformações, não somente sobre a estrutura econômica –mas também sobre as relações capital-trabalho, lançando o projeto ideológico-político neoliberal, para dar todos os aparatos (políticos, legais e ideológicos) suficientes para criar uma nova forma de existência do trabalho – então desregulamentado e fragilizado – e para manter e revigorar a lógica (de acumulação) capitalista e sua dominação na história.”¹²

sem dúvida, a desregulamentação das leis trabalhistas permite que o trabalhador seja ainda mais explorado – através de salários e condições desrespeitosas. Mas o processo neoliberal vai mais além, implementando processos de produtividade com alto poder de destruição dos postos de

trabalho, ao investindo de forma devastadora sobre as instituições de representação de classe e, através de um discurso desqualificante, procurando transferir a responsabilidade do desemprego aos trabalhadores, sob a alegação de que estes estão despreparados tecnicamente para assumir os avanços tecnológicos implementados.

As relações trabalhador-máquina e trabalhador-empregador passaram, no final do século XX, a existir dentro de novos parâmetros nos quais o trabalhador contribui com mais produtividade, menores salários, garantias sociais em desregulamentação e trabalho flexibilizado. Nestas condições, o capital ao manter os estoques de mão-de-obra em índices estatísticos sem precedentes, impõe condições espoliativas ao trabalhador. O trabalho, polo mais frágil desta relação com o capital, torna-se desvalorizado, o trabalhador sem as garantias sociais mínimas, descartável, associado à contravenções sociais marginalizantes em função do desemprego generalizado, passa a ceder o espaço social, político e econômico conquistado através das lutas sindicais ao longo do século XX.

Hoje, o trabalho desregulamentado contribui com parcela relevante do PIB brasileiro. Se as riquezas de um país crescem acompanhadas de altos índices de desemprego e sub-valorização da mão-de-obra é claro sinal

¹² GOMES, Lucille Garcia. A desregulamentação do trabalho..pagina 5

de que a lucratividade do capital aumenta diante do trabalho. Em matéria editada pela Folha de São Paulo de 22 de outubro de 2000 pela jornalista Fátima Fernandes, reforçamos nossa opinião sobre esse assunto.

“O trabalhador brasileiro está mais produtivo, mas nem por isso está ganhando mais dinheiro. Levantamento feito com 42 setores da economia revela que, de 91 a 98, a produtividade por empregado aumentou, em média, 2,5% ao ano, ou 19,1% no período, um aumento igual ao da economia norte-americana. Isso significa que ooperário que produzia cem canetas em 91 passou a fabricar 119 unidades em 98, no mesmo espaço de tempo. Só que, enquanto isso, de 1990 a 1999, a participação do salário na composição do Produto Interno Bruto (PIB) caiu oito pontos percentuais, de 45% para 37% respectivamente”¹³.

Inserido dentro dessa nova ordem e pressionado pelos altos índices de desemprego, o trabalhador passa a sujeitar-se a baixos salários, direitos trabalhistas suprimidos, desregulamentação das relações de trabalho ou sujeita-se a sobreviver dentro do mercado alternativo, cada vez mais disputado e competitivo em função da grande massa de desempregados.

A precarização do trabalho hoje é o objetivo central para que a nova ordem seja implantada e multiplique assim o lucro dentro do processo de mais-valia¹⁴.

¹³ FERNANDES, Fátima. FOLHA DE SÃO PAULO, 22 de outubro de 2000. Temor de desemprego impulsiona produtividade – Estudo mostra que produção maior não causou redução de preços.

¹⁴ MARX, Karl. O Capital

O processo de instalação do desemprego estrutural é uma poderosa ação coercitiva do capital que permite colocar o trabalhador empregado sujeito a constantes ameaças diante da possibilidade de terceirização, contratação temporária, ou mesmo de demissão. Nestas condições o trabalhador se sujeita a salários mais baixos e, mesmo empregado, abre mão dos seus direitos regulamentados. Quando as condições básicas de existência são ameaçadas, exemplos históricos têm revelado que, em muitos casos o trabalhador arrefece o seu ímpeto de luta, passando a agir isoladamente e priorizando uma solução apenas imediata de sobrevivência.

Não é por acaso que vários sindicatos de categorias dos trabalhadores perderam, na última década do século XX, não só parcela considerável do contingente de filiados em função do desemprego, como também a representatividade da categoria em diante da flexibilização e das novas formas de contratação da mão de obra. No Brasil, o gerente do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), destacou, conforme o jornal Folha de São Paulo, a “fragilidade” em que hoje se encontram os sindicatos:

“O desemprego fez com que os sindicatos perdessem poder de barganha. E, para competir, as empresas tiveram de reduzir custos, o que significa evitar os reajustes salariais”¹⁵

¹⁵ BAZONI, Gelio. Gerente do IBGE. Folha de São Paulo – frases. 22.10.2000.

À uma primeira vista, esta realidade não só favorece o capital gerando mais lucro sobre o trabalho, como também atinge diretamente a dignidade do trabalhador, que passa a ver seus companheiros como inimigos, prontos para assumir seu lugar na disputa por um emprego ou como opção para uma lista de desemprego.

No Brasil estas alterações, promovidas pelo capitalismo encontraram no governo, representado por Fernando Henrique Cardoso (1995/1998 e 1999/2002), o sustentáculo estatal para a implementação da nova política econômica trabalhista. Já no início da década de noventa as privatizações eram prioridades dentro do preestabelecido pela lista de exigências do novo momento do capital. Os países centrais e órgãos mundiais reguladores da economia global passam a impor as novas metas econômicas para as economias periféricas, para com isso facilitar o trânsito do capital pelos diversos países. O estado ao transformar-se de investidor a regulador, não só passa a abrir seu espaço ao capital como também dar as garantias coercitivas necessárias ao cumprimento da nova ordem.

Essas questões são de vital importância pois assim a submissão dos estados periféricos que passam mais acentuadamente a depender (caso

principalmente nos países em desenvolvimento) do capital promovem a flexibilização do trabalho e facilitam o processo de implementação da nova ordem.

Assim, a adequação da economia brasileira dentro dos moldes pre-estabelecido pelo capital torna-se a condição fundamental para se manter o fluxo dentro das exigências internacionais. Com isso, mesmo em condições desfavoráveis diante da competição com os países desenvolvidos, o Brasil assumiu o projeto neoliberal de globalização.

O processo em curso hoje no mundo do trabalho leva a uma subproletarização em que as diversas formas alternativas de se empregar ou de desenvolver uma atividade de subsistência adquirem aspectos que desqualifica o trabalhador como classe e ao mesmo tempo tendem a desestruturar suas instituições representativas.

A existência dessa subproletarização, conforme constata Ricardo Antunes é uma marca inequívoca do avanço do capital sobre o trabalho ao exigir novas formas explorativas de empregabilidade.

“Vivencia-se uma subproletarização intensificada , presente na expansão do trabalho parcial, temporário, precário, subcontratado, “terceirizado”, que marca a sociedade dual no capitalismo avançado”¹⁶

As empresas, motivadas pela concorrência acirrada e a facilidade de contratação de mão-de-obra barata, eximem-se das responsabilidades trabalhistas ao contratar trabalhador na forma precarizada.

Dessa maneira, a contratação do trabalhador como temporário ou como estagiário¹⁷, por exemplo, retira a unidade da classe o que leva ao enfraquecimento social e representativo da categoria.

No Brasil, a partir do início dos anos 90, iniciando o processo de desregulamentação das leis trabalhistas, facilita-se o trabalho temporário na modalidade de estagiários, neste caso com jornada de até cinco horas por expediente e com no máximo dois anos contratação.

Este modelo desvirtua também a finalidade do estagiário que seria a princípio um aprendiz, que faz do estágio um instrumento para integrar o teórico às questões práticas da profissão, e não um trabalhador com credenciais suficientes para ser engajado, de modo precário, ao mercado de trabalho, e utilizado de forma predatória e destrutiva contra os próprios

¹⁶ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho?: ensaios sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. 2ª edição - _ . pp 41.

contratados pelas empresas. Os trabalhadores estagiários atuando nestas condições, para desenvolver as mesmas tarefas que outro regulamentado com reconhecimento, remuneração, e garantias trabalhistas diferentes, possuem objetivos e propostas de vida diferentes.

Para Antunes, em “Adeus ao Trabalho”, esta separação entre o trabalhador “estável” e os que exercem o mesmo trabalho na forma precarizada, só tende a aumentar em função da redução do poder sindical.

“Um outro elemento decisivo no desenvolvimento e expansão da crise sindical é encontrado no fosso existente entre os trabalhadores “estáveis”, de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado etc., de outro. Com o aumento desse abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores “estáveis” e, até agora incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc.”¹⁸

A partir deste pressuposto, a consciência de classe se torna difusa, e como afirmamos, passa a não existir unidade de objetivo, comum aos

¹⁷ O processo hoje em curso e regularizado dentro da lei trabalhista pelo governo brasileiro que permite a contratação temporária de estagiários para desenvolver por dois anos as mesmas tarefas que trabalhadores regulamentados pela CLT.

trabalhadores com filiação a sindicatos mais estruturados. Os trabalhadores temporários, na modalidade estagiários ou outras similares, geralmente, por não comungarem os mesmos objetivos, não são sindicalizados, o que, promove a diminuição nos contingentes de filiados a sindicatos nas respectivas categorias. Além da perda de contingentes e fragilidade na conscientização da categoria, perde-se também a força de ação do sindicato nas questões relativas ao espaço social e político e no reconhecimento da classe.

Outro modelo de contratação de mão-de-obra e sub-valorização do trabalho que permite uma maior concentração de renda e amplamente utilizado no Brasil é o da terceirização. Este modelo alternativo permite a recolocação do trabalhador ao mesmo posto de trabalho preenchido anteriormente através de uma nova empresa. Neste processo, diante da eminência de ficar fora do mercado de trabalho (desempregado) o trabalhador abre mão das garantias adquiridas na empresa antiga, perde salário e outros benefícios e desvincula-se da categoria sindical de referência. Este processo, a princípio, ocorre de forma velada, apenas em função do desemprego e dentro da legalidade da legislação trabalhista. Em muitos casos o capital social dominante na nova empresa é estensão da própria empresa antiga.

¹⁸ ANTUNES, Ricardo. Pp 61,62.

Mais recentemente, a primeira vista em função do desemprego e das constantes levas de trabalhadores que chegam ao mercado informal, surgiram as cooperativas de empregos ou de trabalhadores. Estas associam o ideal cooperativista à necessidade de emprego e retiram da força do trabalho vendido às empresas, sem qualquer garantia trabalhista, o lucro para a manutenção e crescimento da entidade. No Brasil tornou-se um processo lucrativo, ao ponto que estas “cooperativas”, centralizadas em um estado da federação, negociam seus “produtos” (trabalhadores desempregados), nas mais diversas regiões do território nacional.

Chega-se assim a um momento onde o trabalhador é expoliado pelo processo de mais mais-valia diretamente pela empresa onde executa seu trabalho e também pelo atravessador no caso a cooperativa de trabalhadores.

Esse processo levou a criação do chamado trabalhador-empregador, onde além de assumir a execução do trabalho terceirizado o trabalhador não se permite qualquer vantagem regulamentada pela lei trabalhista visto que ele é também supostamente o proprietário da empresa em que atua e passa a não ter qualquer benefício regulamentar como: férias, décimo terceiro, finais de semana remunerados, licença saúde, licença maternidade, entre outras regulamentadas pela CLT.

Como foi possível perceber, os modelos práticos de utilização de formas alternativas ao trabalho “regulamentado” em leis são muitos e dinâmico na forma e utilização da mão-de-obra do trabalhador.

Não pretendemos descrever nesta monografia se não as alternativas de trabalho mais comuns e já de conhecimento dos interessados pelas questões trabalhistas. Entretanto devermos considerar para um melhor entendimento que estas alternativas refletem um momento de grande transição para o trabalhador, em que as forças políticas e o capital claramente conspiram contra o equilíbrio social desvalorizando, desajustando ou desqualificando o modo de existir do trabalho..

Diante das transformações globais impostas pelo neoliberalismo, para o trabalhador que se vê obrigado a ajustar-se às condições do trabalho precário, parcial, reduzido etc. sobra-lhe a única alternativa diante do desemprego: o trabalho alternativo. É neste momento, quando percebemos a quantidade de trabalhadores envolvidos em atividades alternativas de subsistência, que o trabalhador “contabiliza”, ou seja, assume todos os ônus e conseqüências da investida do capital sobre o trabalho.

As transformações sociais em função de se assumir um espaço no mercado alternativo de trabalho são muitas mas as possibilidades de sobreviver são poucas e refletem o empobrecimento daqueles que só tem a força do trabalho para vender. Os trabalhadores do mercado informal aumentam seu contingente diretamente com a concentração de renda gerada pelo desequilíbrio social.

Hoje, diante o desemprego estrutural e a inviabilidade de uma vida digna para o trabalhador desempregado nos países em industrialização, percebemos um processo inverso de migração ao ocorrido no início da economia capitalista. Diante dessa massa de desempregados entrando clandestinamente em seus territórios, os países classificados de Primeiro Mundo, criaram barreiras para limitar as grandes levas migratórias provenientes dos países periférico para desenvolverem trabalhos braçais ou sub-empregarem-se ilegalmente. Esta metamorfose conforme Antunes observa, é um reflexo global do desemprego generalizado.

“...enorme contingente de trabalho imigrante que se dirige para o chamado Primeiro Mundo, em busca do que ainda permanece do *welfare state*,

invertendo o fluxo migratório de décadas anteriores, que era do centro para a periferia.”¹⁹

A referência cultural construída pela classe trabalhadora na busca de um equilíbrio social, foi uma conquistada com muito sofrimento para homens, mulheres ou até mesmo crianças, que a partir do processo de industrialização e ao longo destes dois séculos marcou a história social humana.

Em síntese, o mundo do trabalho hoje é o resultado socio-político-cultural das forças que, no processo de se fazer da classe diante do capital, atuaram ao longo da história²⁰. Pelo lado dos trabalhadores, através dos sindicatos, em muitos países a classe conseguiu conquistar representação política e com isso, garantir legalmente condições sociais favoráveis ao desenvolvimento de uma cultura própria, espaço social e respeito em sua cidadania.

¹⁹ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho?: Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. 2ª edição - pp 41

²⁰ THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa; tradução Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

CAPÍTULO II

NEOLIBERALISMO, GLOBALIZAÇÃO DA ECONOMIA E SEUS EFEITOS SOBRE OS TRABALHADORES DE UBERLÂNDIA

1 – ALTERAÇÕES NA EMPREGABILIDADE EM UBERLÂNDIA

O processo de globalização se por um lado diminuiu as distância entre países ou regiões, colocando o planeta em ON LINE, por outro colocou à margem da civilização humana, através do desemprego, uma grande parte de trabalhadores “ditos da era fordista”, que passam então a viver em stand by ou OFF LINE.

Com isso é preciso reconhecer que o processo neoliberal submeteu a classe que vive do trabalho a uma nova forma de existência. Os enormes tentáculos do processo de globalização afetou a um só tempo os

acontecimentos dos campos econômicos, sociais ou políticos, alterando a forma de existir do trabalho, independente da localização geográfica do trabalhador, do empregador, da cidade ou do país.

Na França, nos Estados Unidos, na Malásia, no Brasil, ou mesmo em Uberlândia (MG), o processo é globalizado, a proposta de atuação do capital sobre o trabalho é semelhante já que o modelo de produção é o mesmo em

qualquer parte do mundo. O que altera, e é o suficiente para desestruturar as condições do mercado de trabalho, é o compromisso que cada governo tem com sua população ao colocar em prática o projeto neoliberal.

O Brasil, pela vasta extensão territorial possui um diversificado parque industrial e comercial. Uberlândia hoje é um polo comercial e industrial com influência em todo o país, conseqüentemente um mercado de trabalho também diferenciado das outras regiões. Há de se considerar aqui que o Triângulo Mineiro está inserido em uma faixa geográfica do país onde se percebe claramente aspectos sociais comparáveis a países de primeiro mundo. Por isso as alterações em função da nova ordem do capital, assumida na íntegra pelo governo brasileiro e implementada no país, é percebida instantaneamente na região com rápido reflexo no mercado econômico-financeiro, que por extensão altera as condições de existir do trabalhador, refletindo no aumento do desemprego e na qualidade do emprego.

Entretanto devemos considerar algumas particularidades regionais que interferem na economia uberlandense e região, de forma diferenciada de outras cidades do Brasil.

O aporte de capital investido em Uberlândia de forma direta²¹ é bastante expressivo, se fazendo presente na instalação de empresas multinacionais em função da centralidade geográfica, em matéria prima e na estratégica de localização do mercado de consumo e distribuição.

A nova proposta de descentralização das grandes indústrias em relação às megalópolis favorece as cidades que atendem ao requisito anterior, exigindo também que as mesmas disponibilizem mão de obra especializada em nível técnico e superior.²²

Um parque industrial já instalado com acesso fácil por qualquer meio de transporte a outros centro produtor ou consumidor do território nacional.

Dentro da nova ordem do capital, a desestruturação dos órgãos representativos da classe trabalhadora passa pelo esfriamento das ações sindicais. No caso de Uberlândia, o quadro se agrava porque os sindicatos em sua maioria não se apresentam tão estruturados e combativos como de outros grandes centros do país.

Há de se considerar aqui também que a partir da segunda metade do século XX, Uberlândia contou com uma considerável influência política de

²¹ Direto e estável no sentido de não ser especulativo ou volátil, sendo assim é capital financeiro investido em produção, capaz de gerar empregos diretos e indiretos.

²² Uberlândia é centro educacional compatível a outros grandes pólos nacionais com escolas de formação a nível técnico como SESC, SENAC, SENAI, EPAMIG ETC e de ensino superior como Universidade Federal de Uberlândia, UNITI entre outras que hoje são em torno de 6 centros universitários.

âmbito nacional, principalmente durante o período da ditadura militar, que influenciou diretamente o direcionamento básico da economia da cidade com reflexos diretos em sua na infra-estrutura pública e social. Uberlândia contou com representantes políticos tais como: governador do estado, presidente da assembléia legislativa nacional, bancada de quatro deputados federais e um senador, no curto período das três ultimas décadas do século XX.

Basicamente em decorrência destes motivos, entre outros de menor relevância, a cidade de Uberlândia vem mantendo uma inércia no crescimento populacional e econômico que facilitou o equacionamento de forma diferenciada, dos demais pólos regionais do país, dos problemas sociais relativos às alterações sofridas no processo de empregabilidade.

Assim, a crise na empregabilidade iniciada ao longo das ultimas décadas, em função das alterações implementadas pelo governo brasileiro tendo em vistas atender a nova ordem internacional proposta pelo capital, instala-se em Uberlândia com relevantes particularidades em relação ao Brasil e com algumas semelhanças em relação ao processo quando observado em seu aspecto mais globalizado.

Em Uberlândia (MG), este novo momento do capitalismo também altera as condições do trabalho de forma significativa. Se por um lado o trabalho fabril, industrial sofreu retração assim como em todo o mercado global, por outro, o setor de prestação de serviços percebeu uma ampliação considerável em seu contingente de trabalhadores. Conforme observa Ricardo Antunes, em “Adeus ao Trabalho?”,

“...de um lado verificou-se uma desproletarização do trabalho industrial, fabril, nos países de capitalismo avançado, com maior ou menor repercussão em áreas industrializadas do Terceiro Mundo. ..., houve uma diminuição da classe operária industrial tradicional. Mas, paralelamente, efetivou-se uma expressiva expansão do trabalho assalariado, a partir de uma enorme ampliação do assalariamento no setor de serviços;”²³

esta metamorfose que ocorre em escala mundial é também notada em Uberlândia. É perceptível neste município o crescimento no setor de prestação de serviços onde a cidade passa a assumir, juntamente com outras da região, importância na área de serviços médicos e hospitalares, comércio

nos mais diversos segmentos, educação, turismo comercial, informática, entre outros.

Em pesquisa realizada junto a alguns sindicatos locais podemos perceber aumento nos índices de emprego em alguns setores e constatar a recessão em outros, o que confirma o aumento dos postos de trabalho na área de prestação de serviços conforme a tendência internacional.

Transportes rodoviários, por exemplo, constatou-se crescimento de empregados sindicalizados entre 1990 e 2002 em torno 55%. No setor de comércio²⁴, que engloba também os sindicalizados de Araguari (MG), percebeu-se aumento entre 1987 e 2002 em torno de 90%. Por outro lado, em outros setores como indústria metalúrgica o decréscimo de sindicalizados entre 1989 e 2002 foi da ordem de 58%, também na indústria de fiação e tecelagem a retração foi da ordem de 20%²⁵.

Estes dados apresentam conformidade com o perfil do novo trabalhador brasileiro conforme “O emprego na globalização”²⁶, em que Márcio Pochmann, analisa as ocupações que estão perdendo postos de trabalho. Para o autor,

²³ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez/UNICAMP, 1995. Pp. 41.

²⁴ neste setor se concentra trabalhadores no comércio de maneira geral como garçons despachantes, de empresas comerciais, técnicos de seguros, agentes de serviços funerários entre outros.

²⁵ Dados fornecidos pelos próprios sindicatos.

²⁶ POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização. A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo, Boitempo editorial, 200. Pp. 71..

“...categorias ocupacionais que mais estão perdendo postos de trabalho na década de 1990 no Brasil permite identificar que, em tese, são profissões associadas a uma maior exigibilidade de qualificação profissional. São em grande parte, atividades profissionais vinculadas ao setor industrial...”²⁷

No caso particular de Uberlândia, os dados sindicais acima referidos mostram um alinhamento às estatísticas nacionais para as áreas de comércio e transporte nas quais exige-se pouca especialização do profissional. Contrária tendência ocorre na área de metalurgia e tecelagem onde além da falta de capacitação técnica, o profissional perde postos de trabalho para a tecnologia aplicada às novas máquinas.

Outro aspecto deve ser levado em conta nestas estatísticas: é o crescimento demográfico da cidade de Uberlândia; que em 1982 contava com aproximadamente 230 mil habitantes e em 2001 com mais de 500 mil, o que sem dúvida reflete na ampliação do número de oferta de trabalhadores os para diversos segmentos de empregadores.

Observamos entretanto uma particularidade no setor de serviços de telecomunicação onde mesmo apresentando crescimento no número de postos de trabalho com a instalação de grandes empresas do ramo, como Telemar,

²⁷ Idem acima.

Maxitel, CTBC, CAL CENTER entre outras, o sindicato da categoria registrou, na ultima década, sucessivas diminuições em seu número de sindicalizados, conforme gráfico abaixo.

“ANO	TRAB. SINDICALIZADOS	CRESCIMENTO (%)
1980	6000 (média ano)	-
1995	3000(média ano)	-50%
1998	1800 (média ano)	-40%
2000	800 (média ano)	-44%” ²⁸

Quais as razões para as retrações de emprego em um setor que tanto se expandiu? Constatamos que o principal motivo está relacionado à terceirização dos postos de trabalho, principalmente aqueles, que mais demandam mão-de-obra, como no caso de telemarketing, exemplifica bem essa situação a empresas Call Center, que conta aproximadamente com 1500 funcionários, sendo dois terços dos mesmos contratados desta forma. Nestes casos, devido à instabilidade na forma de contratação e o baixo salário em função da desnecessária especialização para o setor, o trabalhador não se sente envolvido com os objetivos da categoria funcional e a sindicalização, para ele, não tem fundamento. Outro fator que merece ser ressaltado esta associado a não sindicalização dos funcionários mais

graduados e vinculados diretamente à empresa, que por se considerarem diferenciados diante dos outros e por ocupar cargos muito disputados, preferem manter um alinhamento perante a direção das empresas a que pertencem, não se filiando aos sindicatos.

Dessa forma a quantidade de trabalhadores sindicalizados em áreas como de comunicação, digitação e informática obteve crescimento negativo em relação a outras categorias sindicais como trabalhadores da área bancária, servidores públicos e comércio. Esta contradição se justifica por se tratar de um universo pequeno em relação a outro mais ampliado, neste caso, a instalação de uma grande empresa e a forma de contratação do trabalhador pode levar a um desvio quando comparada a realidade maior de âmbito nacional. Entretanto de maneira geral a diminuição de sindicalizados reflete inicialmente diminuição do emprego formal regulamentado.

No relativo aos serviços técnicos especializados como de instalação e manutenção de redes e equipamentos, percebemos que as grandes empresas trabalham utilizando os prestadores de serviços, no caso através dos trabalhadores-empresa²⁹, que não se filiam a sindicatos, uma vez que são seus

²⁸ FONTE: SINTTEL, Sindicato dos trabalhadores em telecomunicações de Minas Gerais – Uberlândia

²⁹ Estes trabalhadores em sua grande maioria são ex-funcionários da própria empresa ou de outras do setor que partem com os chamados “incentivos à demissão”, para a iniciativa privada assumindo não só um trabalho desregulamentado e sem garantias como também a responsabilidade pela empresa individual.

próprios patrões. Seus auxiliares, geralmente são trabalhadores de sua própria família ou então desempregados do setor que se propõem a trabalhar por tarefa. Dessa forma poucos são os empregados que hoje se propõem a arcar com descontos em torno de 1% de seus rendimentos mensais para filiação ao sindicato da categoria. Conforme Ricardo Antunes em “adeus ao trabalho?”, o poder sindical está diretamente ligado ao vínculo do trabalhador com a empresa.

“... elemento decisivo no desenvolvimento e expansão da crise sindical e encontrado no fosso existente entre os trabalhadores “estáveis”, de um lado, e aqueles que resultam do trabalho precarizado etc. , de outro.”³⁰

Percebemos que a questão da sindicalização, conscientização e centralidade de classe, se tornou algo desconhecido para os jovens trabalhadores, justificável em parte pela precarização da forma de trabalhar.

Hoje o trabalhador ao se sentir inseguro quanto a desregulamentação de sua forma de contrato com a empresa, não faz projetos de vida estruturado em seu emprego. Mesmo os sindicatos, representantes das categorias mais estáveis como os vinculados a empresas e instituições

³⁰ ANTUNES, Ricardo. Adeus ao Trabalho? Ensaio sobre as Metamorfoses e Centralidade do Mundo do Trabalho. Cortez Editora. São Paulo. 1995. Pp. 61.

públicas, se preocupam mais com a questão de dar assistência e menos com a conscientização.

Uberlândia, por se tratar de uma cidade jovem, não se construiu a presença de sindicatos com grande tradição de lutas, entretanto já percebemos em alguns setores, como o dos trabalhadores das indústrias do fumo,³¹ um gradativo aumento nos índices de sindicalização. No ano de 1994 o sindicato de sua categoria contava com 259 sindicalizados, em 95 com 472, em 97 com 563, em 99 com 572 e em 2000 com 704. O crescimento neste caso é compreendido considerando principalmente o seguinte fatores: A mesma empresa permanece no mercado com alto índice de mecanização e especialização dos funcionários que em sua maioria “estáveis” dentro do estabelecido pela CLT e com média de oito anos de vínculo com a empresa. O processo de reengenharia utilizado pela empresa foi implementado antes da década de 1990 em função da transnacionalidade da empresa e a acirrada concorrência do setor de fumo exigia-se rápida adaptação ao novo modo de produção. Por outro lado, constatamos, que a maioria dos trabalhadores (em torno de 900) do setor não são sindicalizados em função também da forma precária da contratação.

³¹ Os dados estatísticos foram fornecidos pelo Sindicato dos Trabalhadores das Industrias do Fumo de Uberlândia que representa os funcionários da única empresa a atuar no setor em Uberlândia.

Outra forma alternativa de se trabalhar são as cooperativas de trabalhadores que representam hoje cerca de 5 milhões³² de pessoas em todo o Brasil e prestam serviços principalmente nas áreas de telecomunicações e informática, setores estes que em Uberlândia se encontram em grande expansão. Assim o campo para colocação dos filiados às cooperativas se torna propício aqui em Uberlândia, e concorrido ao ponto de cooperativa com sede em outros estados estabelecem contrato de prestação de serviços com empresas uberlandenses. A falta de órgão ou pessoa representante não permitiu que obtivéssemos dados diretos das cooperativas em função da localização da sua sede ou escritório, entretanto percebe-se nesta modalidade de contratação uma forma a mais para se fugir da legislação trabalhista³³.

³² Fonte: Jornal Folha de São Paulo. Reportagem intitulada Cooperativas disfarçam crise do emprego. 07/04/2002.

³³ A legislação trabalhista foi alterada pela lei 8949, com o artigo 442 da CLT no ano de 1994, que permite ao cooperado prestar serviço a empresas sem vínculo empregatício.

2 – A INFORMALIDADE EM UBERLÂNDIA

O desemprego leva o trabalhador a sobreviver no mercado informal e Uberlândia como cidade polo industrial, comercial e com amplo desenvolvimento em prestação de serviços, atrai uma grande massa de desempregados que nem sempre consegue vagas com carteira assinada como preconiza a CLT.

Nessa pesquisa, através de sindicatos da região, constatamos a existência do empregado regulamentado pela CLT e filiado ao sindicato, concorrendo com aqueles que não são sindicalizados, mas contratados nas mais diversas formas: terceirizados, vinculados à cooperativas de trabalhadores ou pertencentes ao mercado informal. Os vinculados à cooperativas de trabalhadores e os informais. Para estes últimos, ditos “informais”, as estatísticas são dispares e só são mencionados em termos de números quando incomodam, concorrendo com outras categorias de trabalhadores, ou atrapalham a lucratividade de alguma empresa. Neste caso, os meios de comunicação anunciam a retirada dos “camelôs” de determinados

locais públicos, dos “perueiros”, de feirantes, lavadores de carros, vendedores ambulantes dos semáforos, dos sacoleiros etc. O certo é que os informais existem e estão a todo instante presentes em nosso dia-a-dia. Trabalham assim por necessidade de sobrevivência diante das altas taxas de desemprego e da especialização hoje exigida por quase todas empresas. Estima-se que hoje 25%³⁴ da população de trabalhadores exerçam atividade de maneira informal, com renda cada dia menor em função da concorrência, com nenhuma segurança de como será o dia seguinte, com baixo nível de escolaridade entre outras condições piores de vida. O universo da informalidade se amplia ao somarmos a este contingente os trabalhadores da construção civil, que prestam serviço por empreita e em sua maioria não tem carteira assinada, bem como outros prestadores de serviços autônomos, tais como: cabelereiras, esteticistas, vendedores de perfumes, vestuário, alimentos etc.

Em Uberlândia, os trabalhadores informais assumem o mesmo perfil que em qualquer região do país, são desconsiderados quando não criam transtornos sociais e as autoridades preferem não os perceber para não assumir responsabilidade pelos altos índices do desemprego. A realidade da informalidade é que estes trabalhadores foram para esta categoria desestruturada, informal em função da falta de alternativa diante do

³⁴ Dados PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte que estima para Belo Horizonte a informalidade no trabalho em 30% e em torno de 25% para o país.

desemprego. Ao questionar-mos estes trabalhadores sobre suas condições, percebemos que se pudessem preferiam ganhar até menos, mas contar com as garantias do trabalho regulamentado, com carteira assinada e vantagens como auxílio alimentação, vale-transporte, férias, final de semana remunerado, decimo terceiro, entre outros.

O trabalho na informalidade passa hoje por concorrência tanto quanto uma vaga com carteira assinada além da constante diminuição na renda média dos trabalhadores.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O processo de globalização da economia, associado à proposta do capital para instalação do neoliberalismo, encontra hoje forte resistência principalmente dentro dos meios acadêmicos em todo o mundo. Isto ocorre principalmente em função do reconhecimento prévio, pelos grupos mais esclarecidos, das conseqüências que esta maior exploração do capital promove sobre o trabalho e das suas implicações para culturas mais frágeis, para países periféricos e para os grupos sociais minoritários. Entretanto acreditamos que é na base desta estrutura social, ou seja, na relação com o trabalhador onde está ocorrendo as mais radicais alterações.

Hoje, percebemos ainda um acanhado processo de mobilização de grupos populares isolados exigindo um maior respeito à dignidade humana e à cidadania diante do avanço predador do capital sobre o trabalho. Este processo de resistência manifesta-se principalmente nos grandes eventos mundiais onde

se discute as estratégias capitalistas de manutenção de domínio sobre as classes subalternas e lucratividade do capital sobre o trabalho.

Nos encontros dos dirigentes das principais nações (G7), das comunidades econômicas (européias, americanas e asiáticas), dos mercados setoriais (NAFTA) e dentro dos órgãos de regulamentação das relações internacionais, estas manifestações contra o processo neoliberal de globalização já encontra ressonância em diversos segmentos da sociedade. Durante a realização do encontro mundial de dirigentes das principais nações para decidir os rumos da globalização, acontece paralelamente o Fórum Social Mundial na cidade de Porto Alegre RS, onde se procura discutir as consequências do processo para a sociedade. Neste fórum, promovido pela Central Única dos Trabalhadores (CUT), pelo Movimento Social dos Trabalhadores Sem Terra (MST), entre outros órgãos não governamentais, são discutidos os direitos dos trabalhadores frente ao capital. A análise das alterações promovidas pelo processo de globalização durante a realização da primeira edição deste fórum, reflete o alto nível de conscientização em alguns setores sociais mais organizados de encontram e assumem a responsabilidade de questionar e difundir as pretensões de exploração econômica e de dominação social imposto pelo capital.

Michael Löwy, sindicalista francês em seu pronunciamento durante a primeira edição deste fórum sintetizou o estágio que se encontra hoje a proposta neoliberal imposta pelo capital da seguinte forma.

“Nunca antes conseguiu o capital, como agora, no início do século XXI, exercer um poder tão completo, absoluto, integral, universal e ilimitado sobre o mundo inteiro,. Nunca antes pôde impor, como atualmente, suas regras, suas políticas, seus dogmas e seus interesses a todas as nações do globo. Nunca antes existiu uma tão densa rede de instituições internacionais - como o Fundo Monetário internacional, o Banco Mundial e Organização Mundial do Comercio – destinada controlar, governar e administrar a vida da humanidade segundo as regras estritas do livre mercado capitalista e do livre lucro capitalista. A ditadura internacional que exercem as multinacionais e o capital financeiro mundial é sem precedente na história”¹⁵

No Brasil, em função da dependência econômica, o processo neoliberal ocorre de forma impositiva e é implantado dentro dos moldes propostos pelos países centrais, não havendo por parte do governo qualquer preocupação social decorrente da instalação da nova ordem mundial. Mesmo assim, alguns setores isolados da sociedade vinculados a sindicatos autênticos de trabalhadores, diretórios de estudantes, professores entre outros como trabalhadores de instituições e empresas públicas encontram espaço

para manifestações, hoje, já não só para reivindicar aumentos salariais, mas o combate direto ao processo capitalista de globalização.

Em síntese, o nosso objetivo no primeiro capítulo foi de entender algumas teorias administrativas gerenciais que de forma mais ampla levaram o trabalho a ser tratado dentro de parâmetros mensuráveis com o propósito de se estabelecer a produção do trabalhador sincronizada ao ritmo imposto pela máquina. Assim, o trabalhador é então transformado, ao longo do processo histórico da relação com o capital, em um objeto de produção capaz de gerar lucro.

No segundo capítulo procuramos entender as relações trabalhistas com o sistema neoliberal de produção imposto pelo capital em seu processo de constantes reconstrução e alterações das regras estabelecidas. Dessa maneira, perceber como as transformações ocorridas no período compreendido entre os anos de 1990 e 2000 influenciaram o modo de trabalhar no Brasil e em Uberlândia. Procuramos levantar, também neste capítulo, as questões relativas ao processo de desregulamentação das leis trabalhistas pelo estado como forma autorizar o capital a extrair maior lucratividade na exploração do trabalho.

³⁵ Pronunciamento do Michael Lowy durante o Fórum Mundial em Porto Alegre no ano de 2001.

Ainda no segundo capítulo, apresentamos as relações trabalhistas dentro da ótica neoliberal e a nível da região, procurando entender através da análise de dados colhidos em sindicatos de trabalhadores, o atual estágio das alternativas do trabalho em Uberlândia MG.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez Ed Unicamp. 1995.

BRAVERMAN, HARY. Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no século XX. 3ª edição, RJ, Zahar, 1981

CATANI, Afrânio Mendes. O que é Capitalismo. São Paulo: Abril Cultural / Editora Brasiliense. 1984.

GOMES, Lucille G. A desregulamentação do trabalho no Brasil no final dos anos 90. Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico. 2001.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. In O processo de Produção do Capital. RJ. Editora Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. O Capital: A transformação do dinheiro em capital. O processo de Produção do Capital. Rj. Editora Civilização Brasileira, 1980.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial.2001.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa; tradução Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

ANTUNES, Ricardo. Adeus ao trabalho? – Ensaio sobre as metamorfoses e a Centralidade do mundo do trabalho. Campinas: Cortez Ed Unicamp. 1995.

_____ O novo sindicalismo no Brasil. Campinas: Pontes Editores. 1995.

_____ Os sentidos do trabalho – Ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. São Paulo: Boitempo Editorial. 1999.

BRAVERMAN, HARY. Trabalho e Capital Monopolista: A Degradação do Trabalho no século XX. 3ª edição, RJ, Zahar, 1981

CATANI, Afrânio Mendes. O que é Capitalismo. São Paulo: Abril Cultural / Editora Brasiliense. 1984.

GOMES, Lucille G. A desregulamentação do trabalho no Brasil no final

dos anos 90. Universidade Federal de Uberlândia. Dissertação de mestrado em desenvolvimento econômico. 2001.

MARX, Karl. O Capital: Crítica da Economia Política. In O processo de Produção do Capital. RJ. Editora Civilização Brasileira, 1980.

MARX, Karl. O Capital: A transformação do dinheiro em capital. O processo de Produção do Capital. Rj. Editora Civilização Brasileira, 1980.

MATTOSO, J. Emprego e concorrência desregulada: incertezas e desafios.
In: MATTOSO, J.E.; OLIVEIRA, C. A. 1997. Crise e Trabalho no Brasil.
Campinas: Edições Sociais Ltda.

POCHMANN, Márcio. O emprego na globalização – A nova divisão internacional do trabalho e os caminhos que o Brasil escolheu. São Paulo: Ed. Boitempo Editorial.2001.

THOMPSON, Edward P. A formação da classe operária inglesa; tradução Denise Bottmann – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

OUTRAS FONTES

FERNANDES, Fátima. Temor de desemprego impulsiona produtividade.

Jornal: Folha de São Paulo, 22 de outubro de 2000.

FERNANDES, Fátima e ROLLI, Claudia. Cooperativas disfarçam crise do emprego. Jornal: Folha de São Paulo, 07 de abril de 200.

REIS, Graziela. Trabalho informal. Caderno de Economia do

Jornal: Estado de Minas, 10 de fevereiro de 2001.

PED – Pesquisa de Emprego e Desemprego da Fundação João Pinheiro de Belo Horizonte.

CLT – CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS DO TRABALHO

SINDICATOS PESQUISADOS

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DO FUMO.
Uberlândia – MG.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DA INDÚSTRIA DA FIAÇÃO E
TECELAGEM. Uberlândia – MG.

SINDICATO DOS TRABALHADORES DO TRANSPORTE
RODOVIÁRIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia – MG

SINTEL – SINDICATO DOS TRABALHADORES EM
TELECOMUNICAÇÕES DE MINAS GERAIS. Uberlândia – MG.

SINDICATO DOS EMPREGADOS DO COMÉRCIO DE UBERLÂNDIA E
ARAGUARI . Uberlândia – MG.

SINDICATO DOS TRABALHADORES NAS INDÚSTRIAS DA
CONSTRUÇÃO E DO MOBILIÁRIO DE UBERLÂNDIA. Uberlândia – MG

SINDICATO DAS INDÚSTRIAS METALÚRGICAS E MATERIAIS
ELETRICOS DE UBERLÂNDIA. Uberlândia – MG.

SINDICATO DOS EMPREGADOS EM ESTABELECIMENTOS
BANCÁRIOS DE UBERLÂNDIA. Uberlândia – MG.